

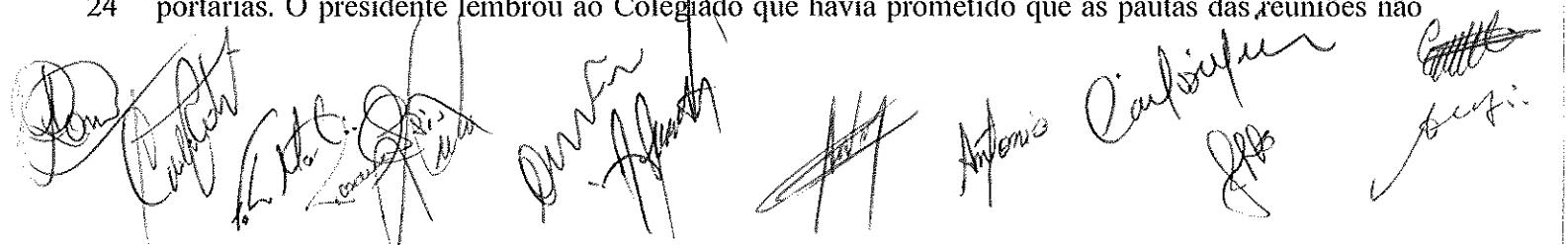
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CONSELHO SUPERIOR**

Rua do Rouxinol, 115 - Bairro do Imbuí - CEP: 41720-052 - Salvador-BA

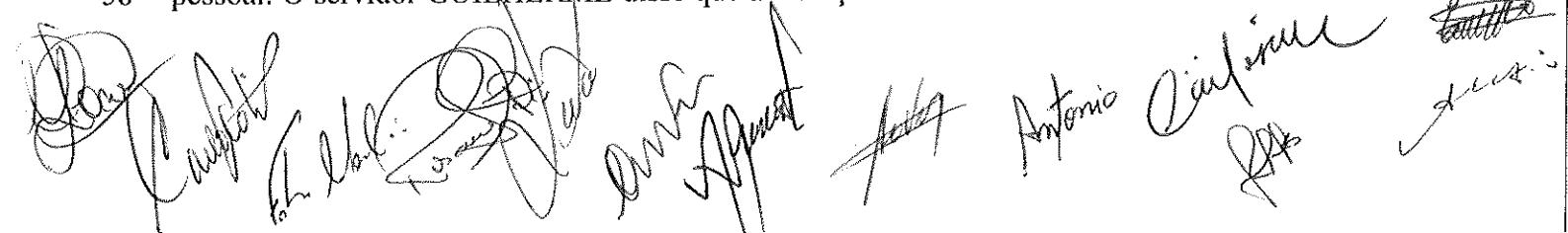
e-mail:gabinete@ifbaiano.edu.br

**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR
DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO - ANO 2012**

1 Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, às nove horas e vinte minutos,
2 após prévia convocação do presidente do Conselho Superior, o professor Sebastião Edson Moura,
3 reuniram-se na sala de reuniões da Reitoria do Instituto Federal Baiano – IF Baiano, os conselheiros
4 abaixo listados, para tratar da seguinte pauta: Calendário Letivo 2012 (dois mil e doze); 30 horas
5 para os Técnicos administrativos em Educação (TAES), aprovação da Alteração da Organização Di-
6 dática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do IF
7 Baiano, apreciação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), objetivando suas
8 aprovações e o que ocorrer. Participaram da reunião os seguintes conselheiros: Carlos Magno Au-
9 gusto Sampaio, Rosane Cardoso dos Santos Dias, Geovane Barbosa do Nascimento - representantes
10 dos docentes; José Marcos Chaves Menezes, Fábio Marcelus Silva de Almeida - representantes dos
11 servidores técnico-administrativos; Antônio Joaquim de Jesus Ribeiro Neto, Emerson Zambrano
12 Lara, Matheus Cunha Santos - representantes dos discentes; Erenilton Mendes Barbosa, Leurismar
13 Marques Ferreira - representantes dos egressos; Carlos Elízio Cotrim, Aécio José Duarte, Alex Ba-
14 tista Dias - representantes dos diretores gerais dos *Campi* e José Carneiro da Silva, representante
15 das Entidades dos Trabalhadores; Guilherme Príncipe Galheigo (Auditor); José Carlos de Carvalho
16 (Diretor de Planejamento e Políticas de Ensino); Neurisângela Maurício dos Santos (Técnica em
17 Assuntos Educacionais) e Nilton de Santana dos Santos (Presidente Substituto). **ABERTURA DA**
18 **REUNIÃO:** Ao iniciar os trabalhos, o presidente do Conselho declarou aberta a sessão, após verifi-
19 cação do quorum mínimo. Agradeceu a presença dos conselheiros e apresentou o novo conselheiro,
20 representante das Entidades dos Trabalhadores, José Carneiro da Silva que, inclusive, tomou posse
21 naquele momento. O presidente solicitou que fosse lida a ata da reunião do dia nove de outubro. A
22 secretaria justificou a não conclusão da referida ata. Disse que não teve tempo hábil para elaborar o
23 documento, em virtude de estar substituindo o colega de trabalho responsável pela publicação de
24 portarias. O presidente lembrou ao Colegiado que havia prometido que as pautas das reuniões não



25 seriam extensas e aproveitou para propor o controle do tempo de fala de três minutos para cada con-
26 selheiro. O presidente substituto NILTON SANTANA justificou a ausência do conselheiro Ander-
27 son Jambeiro e pediu permissão ao Colegiado para que fosse invertida a ordem de apreciação dos
28 itens da pauta, iniciando a apresentação pelo Plano Anual de Atividades de Auditoria – 2013. Suges-
29 tão aceita pelo Colegiado. Em seguida o presidente fez a leitura dos itens da pauta. **1. Apreciação**
30 **do Plano Anual de Atividades de Auditoria 2013** - O servidor GUILHERME disse que o docu-
31 mento era uma exigência da Controladoria Geral da União – CGU, previsto nas Instruções Normati-
32 vas número 01 (um) e 07 (sete) do ano de dois mil e sete e que, antes de ser enviado para apreciação
33 e aprovação do Conselho Superior, foi submetido à apreciação da própria CGU e da Procuradoria
34 do IF Baiano. Informou que o planejamento continha novidades. Foram inclusas a Avaliação de
35 Controle Interno, inclusive com a avaliação da área pedagógica, e a Avaliação da Gestão de Tecno-
36 logia da Informação, principalmente com relação à segurança da informação. Disse que serão feitos
37 os controles das redes sociais, dos sistemas e da gestão acadêmica. Solicitou que os gestores partici-
38 pem da avaliação e acompanhem o andamento dos trabalhos da Auditoria. Por fim, colocou-se à
39 disposição para interlocuções. O conselheiro GEOVANE solicitou que fosse informada a formação
40 profissional dos servidores lotados na auditoria e perguntou se o setor contava com o suporte de al-
41 gum sistema operacional para execução dos trabalhos da auditoria e de como era feito o processo. O
42 servidor GUILHERME informou que a equipe era composta por um economista (Guilherme), por
43 uma contadora (Flávia) e por uma assistente em administração (Vanessa). Quanto ao programa utili-
44 zado, Guilherme respondeu que a Diretoria de Gestão da Informação desenvolveu um programa
45 para a Auditoria, chamado “Redmine”, que faz o acompanhamento do Fluxo de Processo de Auditó-
46 ria. O conselheiro GEOVANE perguntou se o sistema abrangia todos os *Campi*. O servidor GUI-
47 LHERME disse que o sistema não tinha acesso, apenas, ao banco de dados do *Campus* Bom Jesus
48 da Lapa. O presidente interrompeu a apresentação do PAINT e solicitou que os membros do Colegi-
49 ado se apresentassem ao novo conselheiro. Em seguida, o conselheiro FÁBIO MARCELUS relatou
50 que havia participado do curso “Controles Internos” e aproveitou os conhecimentos obtidos para
51 elaborar um Manual de Procedimentos para o *Campus* Teixeira de Freitas e perguntou se era neces-
52 sário enviar o documento para adequá-lo aos procedimentos da Auditoria Interna do Instituto. O ser-
53 vidor GUILHERME respondeu que oportunamente a equipe da Auditoria visitará o *Campus* Teixeira
54 de Freitas e verificará se os procedimentos estão adequados. O presidente substituto, NILTON
55 SANTANA, solicitou que o conselheiro Fábio Marcelus enviasse o documento para análise e pare-
56 cer jurídico, inclusive, socializando o documento com as pessoas que irão participar de um curso
57 sobre o tema na Reitoria. O conselheiro MARCOS CHAVES questionou a respeito do rodízio de
58 pessoal. O servidor GUILHERME disse que a intenção era de não criar vícios e ter um controle in-



59 terno das atividades. ERENILTON perguntou como será feito o controle externo. O servidor GUI-
60 LHERME esclareceu ao conselheiro como são e quem realiza os controles interno e externo dos ór-
61 gãos da Administração Pública. O conselheiro AÉCIO JOSÉ comentou que, quando da colocação
62 do controle da área pedagógica, sentiu-se contemplado, pois, geralmente, os controles são dos pro-
63 cessos, que são atividades ligadas à área meio. Disse que era necessário ter uma interlocução maior
64 entre a área meio e a área fim do Instituto. Concordou com o conselheiro Geovane, quanto à neces-
65 sidade de contratação de novos servidores para realizar o controle. Destacou a necessidade do arca-
66 bouço documental do Instituto para a realização dos controles. O servidor GUILHERME destacou a
67 importância da aprovação do Regimento Geral Interno para balizar as ações da Auditoria. O conse-
68 lheiro MATHEUS perguntou se havia alguma ação da Auditoria voltada para a comunidade discen-
69 te. O servidor da auditoria disse que sim, e que, inclusive, este ano, surgiu uma demanda oriunda da
70 Procuradoria relacionada com o *Campus* Valença. O conselheiro GEOVANE falou que, talvez, a
71 Auditoria tenha dificuldades em ter uma equipe que possa realizar os trabalhos satisfatoriamente,
72 uma vez que houve o dimensionamento incorreto de servidores para realizar os trabalhos de forma
73 efetiva. O servidor GUILHERME disse que houve um erro da Controladoria Geral da União ao ana-
74 lisar o quantitativo de pessoal e a quantidade de horas de trabalho da auditoria do IF Baiano. O con-
75 selheiro LEURISMAR perguntou se as contas de suprimentos serão auditadas. Solicitou que a Au-
76 ditoria realize treinamento sobre a forma correta de utilização desses recursos. O servidor GUI-
77 LHERME respondeu que o uso do suprimento de fundos deverá ser uma exceção e não uma regra.
78 Disse que a equipe da Auditoria poderá fazer um trabalho de esclarecimento nos *Campi* sobre o uso
79 do suprimento de fundos. O conselheiro FÁBIO MARCELUS perguntou se o servidor, chefe do al-
80 moxarifado, poderá participar de comissão de inventário. O auditor respondeu que não é recomen-
81 dável que o próprio chefe de setor faça parte da referida comissão, a não ser que não haja outro ser-
82 vidor qualificado para a função. Em seguida, o presidente colocou o item da pauta em votação. Foi
83 aprovado por unanimidade, sem nenhuma abstenção. **2. Apreciação do Calendário Letivo 2012 –**
84 O servidor JOSÉ CARLOS historiciou os encaminhamentos feitos pela Pró-Reitoria de Ensino aos
85 *Campi*, em 17/08/2012 (dezessete de agosto de dois mil e doze), com orientações sobre o envio dos
86 dados dos calendários 2012 (dois mil e doze) e pós-greve. Disse que, dos dez *Campi*, sete haviam
87 enviado o calendário 2012, e que as justificativas pelo atraso seriam apresentadas pela servidora
88 Neurisângela. O conselheiro CARLOS MAGNO perguntou se a Pró-Reitoria de Ensino constatou
89 se todos os *Campi* haviam cumpridos as recomendações solicitadas. O presidente do Conselho SE-
90 BASTIÃO EDSON esclareceu que houve tempo suficiente para o envio das informações, inclusive
91 a Reitoria foi complacente com os *Campi*, pois o MEC havia dado prazo para envio até o dia quinze
92 de setembro e que, mais uma vez, os *Campi* não cumpriram as determinações. O servidor JOSÉ



93 CARLOS disse que, após análise dos calendários, apenas cinco *Campi* tinham condições de ter os
94 calendários pós-greve aprovados pelo Conselho. A servidora NEURISÂNGELA disse que existiam
95 várias situações a serem observadas, e que, inclusive, ainda haviam *Campi* devendo informações do
96 calendário regular, apresentando em data show um quadro com a situação de cada *Campus*. No que
97 concerne ao ensino superior, disse que estava tudo bem, até iniciar a greve. O conselheiro GEOVA-
98 NE perguntou se o dia de domingo era considerado dia letivo. A servidora NEURISÂNGELA res-
99 pondeu que sim, desde que não fosse contado como hora aula. O servidor JOSÉ CARLOS informou
100 que a resolução foi criada para atender às questões da reposição dos dias letivos e aproveitou para
101 informar que, inclusive alguns sindicatos estavam entrando na justiça contra a realização de aulas
102 aos domingos, pois está prática estava contrária ao que determina a Consolidação das Leis do Tra-
103 balho – CLT. O presidente do Conselho esclareceu que a realização de atividades esportivas e cultu-
104 rais, aos domingos, serviam apenas para contabilizar como dia de trabalho, mas não como hora
105 aula. O conselheiro ALEX BATISTA solicitou que os servidores da Pró-Reitoria de Ensino verifi-
106 cassem a informação de que o *Campus* Catu não havia enviado a Ata de Socialização do Calendário
107 Regular, pois o *Campus*, no início do ano letivo, fez a reunião com a comunidade para socialização
108 do documento. A servidora NEURISÂNGELA ficou de enviar para o *Campus* Catu o relatório com
109 as informações. No que tange ao calendário pós-greve, a servidora NEURISÂNGELA disse que as
110 análises dos calendários de reposição foram feitas a partir das orientações enviadas pela Secretaria
111 Tecnológica. Disse que algumas situações estavam impedindo a conclusão das análises dos calendá-
112 rios, quais sejam: domingos contados como dia letivo, legendas confusas, não especificação de dias
113 de reposição. O conselheiro JOSÉ MARCOS perguntou se o não envio da Ata de aprovação inviabi-
114 lizava a aprovação do calendário acadêmico pelo Colegiado. A servidora NEURISÂNGELA disse
115 que sim, pois alguns *Campi* não haviam enviado os registros confirmado a realização das ações so-
116 licitadas pelo MEC/SETEC. O conselheiro LEURISMAR quis saber se as datas apresentadas no re-
117 latório correspondiam ao período pós-mudança da Reitoria para o Imbuí. A servidora NEURISÂN-
118 GELA disse que as datas referentes ao Calendário Normal correspondiam ao período antes da mu-
119 dança e o Calendário Pós-greve era pós-mudança. O conselheiro LEURISMAR indagou como ali-
120 mentar o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC com
121 dados do período pós-greve. A servidora NEURISÂNGELA respondeu que os *Campi* tinham auto-
122 nomia para alterar as informações no sistema, desde que as justificassem. A servidora NEURISÂN-
123 GELA citou a situação peculiar vivenciada pelo *Campus* senhor do Bonfim, que teve greve parcial
124 nas séries do ensino integrado e que, por isso, teve que elaborar calendários e planos de reposições
125 diferenciados para cada série dos cursos integrados. O conselheiro AÉCIO falou da dificuldade em
126 elaborar o calendário de reposição do período pós-greve, pois não houve paralisação de todas as ati-

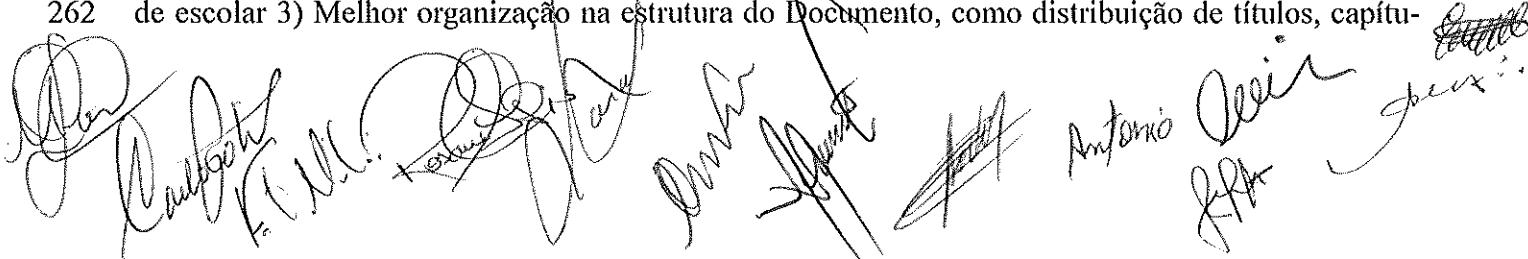
127 vidades letivas, os alunos do ensino médio tiveram aulas normais, enquanto os do ensino superior
128 tiveram as atividades totalmente suspensas. Alertou para a necessidade de cumprimento da carga
129 horária e não, somente, os dias letivos. O servidor JOSÉ CARLOS aproveitou para informar que a
130 Pró-Reitoria enviaria Ofício-Circular aos *Campi* solicitando reposição da carga horária letiva de
131 cada disciplina. Disse que, a princípio, será necessário enviar os dias letivos e, posteriormente, a
132 carga horária. O conselheiro CARLOS MAGNO disse que o problema na elaboração do calendário
133 pós-greve era mais de ordem burocrática do que pedagógica. Questionou a informação de que no
134 *Campus* Senhor do Bonfim não houve greve. Pediu que o Conselho ficasse atento a esta informa-
135 ção, afirmado ter participado de pelo menos duas assembleias no referido *Campus*, nas quais hou-
136 ve o indicativo, pela maioria dos presentes, de adesão ao movimento grevista. Afirmou que os estu-
137 dantes foram obrigados a frequentar as aulas, devido à presença de alguns servidores em sala de
138 aula. Questionou a qualidade das aulas, uma vez que uma parte dos alunos estavam ausentes. O pre-
139 sidente disse que houve situação em que os alunos não aderiram à greve, mas os professores não de-
140 rram aula, a exemplo do *Campus* Itapetinga. Quanto ao *Campus* Senhor do Bonfim, a informação
141 que chegou à Reitoria, através da Coordenação Pedagógica do *Campus*, foi de que não houve greve
142 para os alunos do Ensino Médio. O presidente solicitou que o conselheiro Aécio, diretor do *Cam-*
143 *pus*, desse as devidas explicações sobre os fatos. Antes, porém, O servidor JOSÉ CARLOS expla-
144 nou que o *Campus* senhor do Bonfim informou à Pró-Reitoria de Ensino todas as ações realizadas
145 no período da greve. O conselheiro AÉCIO esclareceu que houve manifestação dos alunos do ensi-
146 no médio, solicitando que houvesse aulas e que, de fato, alguns servidores paralisaram as ativi-
147 dades. Mas, que, após a situação instalada, com parte dos alunos presentes na escola, foi preciso tomar
148 a decisão de elaborar um calendário para aquela situação específica, afirmando que tudo foi feito
149 com o aval dos pais e registrado em Ata. Por isso a dificuldade em elaborar o calendário pós-greve.
150 O conselheiro GEOVANE disse que era inadmissível a falta de comunicação entre os *Campi* e a
151 Reitoria e que ficou surpreso com a informação de que havia pendências com o calendário regular.
152 Quanto ao calendário pós-greve, propôs que, nos casos em que houve a socialização com registro em
153 Ata, o calendário pudesse ser aprovado. A servidora NEURISÂNGELA disse que havia dois docu-
154 mentos que deveriam ser observados para que os cursos pudessem funcionar, Calendário Acadêmi-
155 co e o Projeto Pedagógico de Curso – PPC. Disse saber que não era tarefa fácil a elaboração de um
156 calendário Acadêmico, mas os documentos referentes à socialização não chegaram à Pró-Reitoria
157 de Ensino. O conselheiro GEOVANE considerou que o Calendário do *Campus* Catu já deveria ter
158 sido aprovado, uma vez que não houve paralisação das atividades do *Campus*. O conselheiro ALEX BA-
159 TISTA informou que a socialização foi feita, mas não compreendia a informação do não envio da
160 Ata. O presidente solicitou que fosse apresentado o que foi enviado, encerrando as intervenções e

que o Conselho tomasse a decisão pela aprovação ou não dos calendários. O conselheiro CARLOS MAGNO disse que, diante do que foi apresentado, ele teria que discordar. Pediu que os conselheiros pensassem na situação dos estudantes, pois era inviável ter calendários diferentes, pois, assim, uma parte dos alunos ficaria prejudicada. O presidente solicitou que o diretor do *Campus* Senhor do Bonfim esclarecesse se os alunos do ensino médio aderiram ou não à greve. O conselheiro AÉCIO informou que, somente, os alunos do ensino superior aderiram ao movimento paredista. O conselheiro CARLOS MAGNO questionou novamente a informação. O presidente considerou que não poderia desacreditar das informações enviadas pelo *Campus* Senhor do Bonfim, e consequentemente das informações prestadas pela PROEN. A servidora NEURISÂNGELA lembrou que a Pró-Reitoria de Ensino não havia recebido a Ata da reunião na qual ficou decidido que o ensino médio, do *Campus* Senhor do Bonfim não iria aderir à greve. O presidente concluiu que, diante das informações apresentadas, o Conselho não tinha condições de votar aquele assunto de pauta. O servidor JOSÉ CARLOS esclareceu que a Pró-Reitoria acompanhou pedagogicamente todos os *Campi* e não foi constatado que os alunos do curso integrado estavam tendo aulas parciais. A servidora NEURISÂNGELA informou que aquela apresentação ao Conselho foi um pedido do Diretor Executivo, pois, de acordo com o que foi encaminhando pelos *Campi*, a Pró-Reitoria de Ensino não tinha condições de defender a aprovação dos calendários. O presidente SEBASTIÃO EDSON disse que faria o encaminhamento de retirada do assunto de pauta. Sugeriu que o Conselho elaborasse um documento e enviasse aos *Campi*, solicitando o envio das informações pendentes. Afirmou que não se sentia confortável em enviar ao Ministério da Educação, após descumprir o prazo dado pelo órgão, um documento incompleto e frágil. O conselheiro CARLOS MAGNO disse que a questão dos calendários já deveria estar resolvida, mas continuou questionando a informação de que não houve greve no *Campus* Senhor do Bonfim. O conselheiro AÉCIO retrucou, disse que o *Campus* tinha as listas de freqüência e outros documentos que comprovariam as atividades para os alunos do ensino médio integrado. O presidente solicitou que o conselheiro LEURISMAR, que esteve no *Campus* Senhor do Bonfim, a trabalho da comissão de sindicância, relatasse se houve atividades no *Campus* neste período. O conselheiro LEURISMAR disse que esteve no *Campus*, no período da greve, e constatou que os alunos do ensino médio estavam assistindo aulas normalmente. O conselheiro AÉCIO disse que a informação de Carlos Magno colocava a situação do *Campus* Senhor do Bonfim em xeque, afirmando que o *Campus* procurou fazer as coisas dentro da legalidade, respeitando o direito do servidor e que a PROEN foi cientificada de tudo o que ocorreu. O presidente voltou a solicitar a retirada do item da pauta, mas o conselheiro EMERSON disse que entendia o posicionamento do presidente, mas, que, por uma questão de ordem, o item não poderia ser retirado de pauta, uma vez que já havia sido aprovada pelo Colegiado. O conselheiro CARLOS MAGNO disse que uma

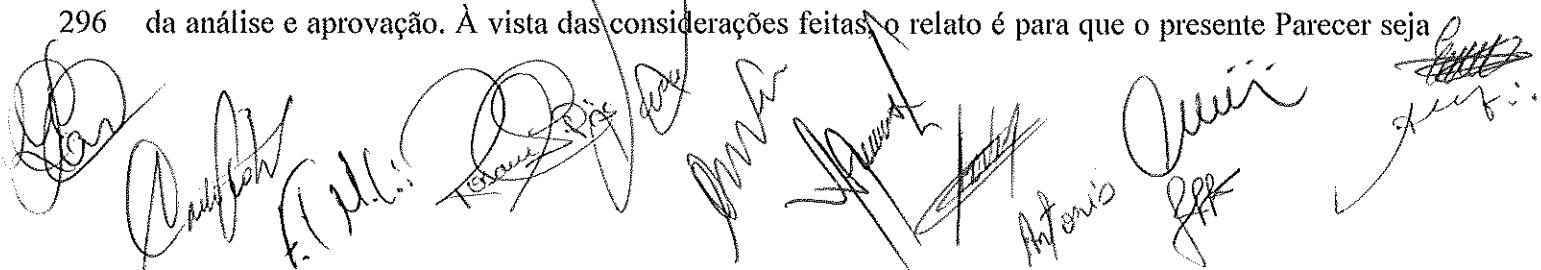
195 vez aprovada a pauta, o Conselho tinha prerrogativas para solicitar a sua retirada. O conselheiro
196 EMERSON disse que, como representante dos alunos, gostaria que o assunto fosse posto em vota-
197 ção, e caso fosse reprovado, que fossem dadas as devidas justificativas do não envio dos calendári-
198 os. O presidente solicitou que a PROEN continuasse a apresentação. A servidora NEURISÂNGELA
199 continuou a apresentar a situação dos *Campi*. Quanto aos cursos integrados, somente os calendários
200 dos *Campi* Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença tinham condições de serem aprovados. Quanto
201 aos cursos superiores nenhum dos calendários pós-greve tinha condições de ser aprovado. O conse-
202 lheiro CARLOS MAGNO sugeriu que o Colegiado votasse pela não aprovação dos calendários,
203 deixando a apreciação para a próxima reunião do Colegiado. O conselheiro GEOFANE recomen-
204 dou que a Pró-Reitoria não encaminhasse documentos para apreciação no Conselho, quando existis-
205 sem pendências documentais, pois essa situação causa constrangimento. A título de esclarecimentos,
206 solicitou que fosse informada a situação do *Campus* Uruçuca, com relação ao calendário pós-greve.
207 A servidora NEURISÂNGELA informou-lhe que somente o calendário do ensino superior não esta-
208 va adequado. O conselheiro LEURISMAR perguntou se os calendários regulares dos *Campi* Catu,
209 Governador Mangabeira já estavam aprovados. A servidora NEURISÂNGELA esclareceu que a
210 aprovação dos Calendários Pós-greve dependia dos dias de aulas já ofertados no calendário regular.
211 O conselheiro EMERSON parabenizou a PROEN e disse que os dados, mesmos estando incomple-
212 tos, deveriam ser apresentados ao Colegiado. O conselheiro MATHEUS sugeriu que a Reitoria de-
213 terminasse um prazo limite para envio dos calendários. O conselheiro CARLOS ELÍZIO solicitou
214 esclarecimentos sobre a situação do calendário dos cursos integrados do *Campus* Guanambi. A ser-
215 vidora NEURISÂNGELA informou que, do *Campus* Guanambi, havia pendência quanto ao envio
216 da Ata de socialização do calendário pós-greve dos cursos do ensino médio integrado. O conselhei-
217 ro AÉCIO novamente relatou que o *Campus* Senhor do Bonfim vivenciou, com relação a greve,
218 uma situação inusitada, por isso ainda não tinha conseguido terminar todas as ações, inclusive o
219 professor João Luiz, já havia encaminhando a minuta do calendário para a PROEN, restando apenas
220 a Ata de socialização. Disse que o *Campus* tem trabalhado diuturnamente para concluir os trabalhos,
221 por isso não se sentia constrangido pela não conclusão do calendário. A servidora NEURISÂNGE-
222 LA disse que a situação do *Campus* Senhor do Bonfim estava imprecisa, não era considerada pen-
223 dente e nem como em greve. O servidor JOSÉ CARLOS disse que o professor Nilton perguntou se
224 havia condições de apresentar as informações sobre os calendários para o Colegiado e que a PRO-
225 EN, em respeito ao Conselho, resolveu apresentar os dados que já estavam analisados, pois no de-
226 correr da semana foram enviadas novas informações. O conselheiro LEURISMAR indicou que,
227 caso a sugestão do presidente do Conselho fosse aprovada, a definição de uma nova data saísse da-
228 quella reunião. A conselheira ROSANE disse concordar com o conselheiro Matheus e questionou a

229 falta de unidade institucional, pois o que estava sendo apresentado era o calendário da Instituição,
230 embora a apresentação estivesse sendo feita de forma individualizada, por *Campus*. Perguntou qual
231 calendário estava sendo apreciado, o pós-greve ou, também, o calendário regular, com pendências.
232 A servidora NEURISÂNGELA respondeu que ocorreram várias situações com o calendário regular,
233 e que, até aquele momento, apenas quatro deles foram aprovados sem pendências. O servidor JOSÉ
234 CARLOS esclareceu que todo documento aprovado pelo Conselho, quando sofre alterações, deve
235 retornar ao Colegiado para nova apreciação. A secretária do Colegiado informou que, desde a reuni-
236 ão anterior, alguns conselheiros estavam questionando o Gabinete pela não colocação, para aprova-
237 ção, dos Calendários Letivos em pauta. O presidente disse que achou importante que aquela situa-
238 ção estivesse acontecendo para que os conselheiros percebessem a situação vivenciada pela Reito-
239 ria. Disse que estava difícil trabalhar em uma Instituição onde estava prevalecendo a individualida-
240 de. Disse que a Reitoria tem priorizado a constituição de grupos de trabalhos em que haja represen-
241 tantes de cada *Campus* e ainda assim surgem boatos de *Campi* dizendo que não foram contempla-
242 dos. Lembrou que o Ministério da Educação tinha dado um prazo de quinze dias, e já haviam se
243 passado dois meses, sem que os *Campi* enviassem os calendários para a PROEN. Ficou definido
244 que o Conselho Superior iria elaborar um Ofício-Circular para os *Campi*, dando um prazo para fina-
245 lização e elaboração do Calendário Acadêmico até o dia 12 (doze) de novembro de dois mil e doze

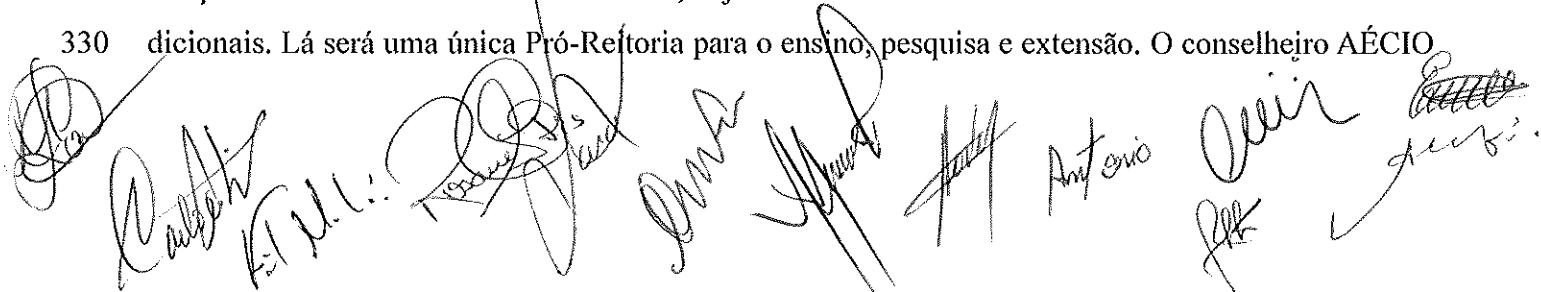
246 **3. Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**
247 (**EPTNM**) – O servidor JOSÉ CARLOS solicitou que fosse encaminhado o relatório à Pró-Reitoria
248 de Ensino para posteriores retificações. O conselheiro MATHEUS entregou aos conselheiros uma
249 cópia do relatório e fez a leitura do documento, que estava subdividido em quatro tópicos: introdu-
250 ção, fundamentação, mérito do trabalho já realizado e conclusão. Relatou que era preciso repensar a
251 educação profissional e tecnológica no âmbito do Instituto Federal Baiano, não esquecendo das li-
252 mitações e das características locais de cada *Campus*, sempre pensando no estudante e no educador,
253 buscando a construção de uma educação profissional e tecnológica inovadora e acima de tudo hu-
254 manizadora. O conselheiro disse que a Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional
255 Técnica de Nível Médio do IF Baiano ainda provocava inquietações e questionamentos, fazendo as
256 seguintes considerações: 1) a Organização Didática, por aparecer separada, demonstrava falta de um
257 maior detalhamento dos cursos que serão trabalhados nos *Campi*, como por exemplo: cursos de for-
258 mação inicial e continuada de trabalhadores; Educação a Distância; Educação de Jovens e Adultos
259 que se relacionam com a educação profissional e não são cursos superiores e ou tecnológicos, prin-
260 cipalmente por não mencionar o projeto pedagógico do IF Baiano 2) O grau de detalhamento e de
261 especificidades do documento, em muitos dos seus capítulos/seções impedia a autonomia da unida-
262 de escolar 3) Melhor organização na estrutura do Documento, como distribuição de títulos, capítu-



263 los, seções, etc., conforme sugestões constantes no relatório apresentado e entregue aos membros do
264 Conselho e ao Diretor de Políticas de Ensino, José Carlos Carvalho. O conselheiro CARLOS MAG-
265 NO comentou que, no texto da organização vigente, o item referente à recuperação paralela estava
266 confuso, gerando dúvidas quanto a quem tinha direito de realizar tal recuperação. O conselheiro
267 MATHEUS esclareceu que pela organização didática, somente os alunos que realizarem todas as
268 atividades de classe terá direito a fazer recuperação paralela. O conselheiro AÉCIO DUARTE disse
269 que não via condições efetiva de realizar esse tipo de recuperação, pois os alunos e professores já
270 estavam sobrecarregados, questionando a colocação deste tópico na Organização Didática. Sobre o
271 mérito do trabalho já realizado, o relator disse que deveria ser considerado o empenho, a competên-
272 cia e a qualidade do trabalho de todos os envolvidos na construção e reconstrução do Documento
273 em apreço, em especial, a Coordenação – PROEN e DPPE, e o GT. Concluindo que, com certeza,
274 ainda muitas outras dúvidas serão levantadas ao longo do processo de implantação do Documento
275 ora em referência. O diálogo e a troca de experiências entre a Reitoria, os *Campi*, e porque não, ou-
276 tros órgãos colegiados de ações consultiva e normativa como o Conselho Nacional de Educação
277 (CNE), resultará em um construtivo e eficiente instrumento visando à identificação e à superação
278 dos problemas que ainda ocorrerão no processo em curso. No mais as alterações propostas pelo GT,
279 em relação aos temas que estão na organização didática e não foram mencionados neste parecer, es-
280 tão em consonância com a realidade local dos *Campi* e são ações benéficas para a Comunidade Aca-
281 dêmica. De imediato, considerou que ainda se faziam necessários ajustes e providências que pode-
282 rão tornar a “Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio
283 do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano, além de democrática, já que foi construída co-
284 letivamente, um alicerce sólido de respeito à filosofia pedagógica que norteia a educação do nosso
285 país, assim como a consolidação da executibilidade na forma da legislação educacional vigente. Para
286 tanto, sugeriu que fosse feita consulta, em caráter de urgência, ao Conselho Nacional de Educação
287 com foco no Documento, como ele se apresenta e nas inquietações/questionamentos levantados no
288 relatório; e diligenciar junto a especialistas em legislação educacional e da filosofia educacional
289 dela decorrente, tendo como foco o Documento Organização Didática da educação Profissional
290 Técnica de Nível Médio do IF Baiano; determinar a realização de plenárias em todos os *Campi* e a
291 realização de um Congresso institucional com o objetivo de debater e construir a proposta da políti-
292 ca pedagógica do IF Baiano, desde a reformulação dos cursos da EPTNM até a ODEPTNM; apro-
293 var a inserção da modalidade concomitante na Organização Didática tendo em vista a necessidade
294 de urgência devido ao PRONATEC; após análise do Conselho Nacional de Educação encaminhar a
295 Organização Didática da Educação Profissional, Técnica de Nível Médio a este colegiado para devi-
296 da análise e aprovação. À vista das considerações feitas, o relato é para que o presente Parecer seja



297 constituído como diligência, na forma dos itens citados acima da Conclusão deste Relatório, sob de-
298 cisão desta plenária, em caráter da urgência que a situação requer. O conselheiro MATHEUS con-
299 cluiu, dizendo que o momento era propício para o IF Baiano reunir e discutir essas novas ações com
300 toda sua comunidade. O conselheiro ALEX BATISTA pediu cuidado com os excessos de atividades.
301 Disse que já existiam vários GTs trabalhando, se debruçando sobre esses assuntos e que já havia um
302 desgaste dos alunos, principalmente dos que estão envolvidos, além do ensino, com a pesquisa e ex-
303 tensão. Relatou que os Institutos foram criados, mas o sistema continua o mesmo, inserindo mais
304 atribuições para os alunos. O conselheiro CARLOS MAGNO parabenizou Matheus e relatou que ao
305 analisar a Organização Didática, artigo II, que trata do Plano de Desenvolvimento Institucional
306 (PDI), observou que o mesmo está em vigor desde dois mil e nove, perdendo sua validade em dois
307 mil e treze, por isso se faz necessário começar as discussões sobre o assunto. Sugeriu que fosse in-
308 cluído na Organização Didática da Educação Profissional de Nível Médio, o ensino na modalidade
309 de alternância, implantado no *Campus* Santa Inês. O presidente do Colegiado disse que pretendia
310 aguardar os resultados do curso PROEJA na modalidade da alternância implantado no *Campus* San-
311 ta Inês para avaliar a proposta de inclusão sugerida pelo conselheiro Carlos Magno. O conselheiro
312 CARLOS MAGNO fez as seguintes considerações ao Documento: criticou, no artigo 75 (setenta e
313 cinco) o uso exacerbado do termo diário de classe. No item que trata da pesquisa e extensão, sobre
314 as parcerias institucionais, pediu cuidado com as parcerias entre organizações públicas e privadas.
315 Em seguida perguntou se a participação em jornada pedagógica era considerada como dia letivo ou
316 atividade eletiva. O servidor JOSÉ CARLOS respondeu que não, mas que o documento orientava
317 para que houvesse uma semana pedagógica. O conselheiro ANTÔNIO JOAQUIM parabenizou Ma-
318 theus pelo trabalho da relatoria e, com relação à Organização Didática, queixou-se do excesso de
319 aulas e atividades atribuídas aos discentes. A conselheira ROSANE pediu para que os conselheiros
320 refletissem sobre o diferencial que existe entre o aluno que vivencia a educação e os que não se en-
321 volvem nas atividades da Instituição, destacando a necessidade de consolidação do tripé ensino,
322 pesquisa e extensão. O conselheiro AÉCIO DUARTE concordou com as indicações da relatoria,
323 propondo uma discussão ampla em torno de uma questão crucial para as pessoas e também para a
324 Instituição. Disse que sempre questionou o excesso de atividades para os alunos e que, no *Campus*
325 Senhor do Bonfim, os alunos não estão comparecendo ao serviço de atendimento ao aluno, e que in-
326 clusive o horário está sendo utilizado para fazer recuperação paralela. Disse que a fórmula para cál-
327 culo da nota final da recuperação paralela, por si só, já excluía o aluno do processo. Criticou a des-
328 conexão entre o ensino, pesquisa e extensão. O presidente relatou que participou de uma reunião de
329 criação da Universidade do Sul da Bahia, cujo modelo é totalmente diferente das universidades tra-
330 dicionais. Lá será uma única Pró-Reitoria para o ensino, pesquisa e extensão. O conselheiro AÉCIO



331 disse que era preciso fazer valer o sistema SIGA-EDU, abandonando de vez os registros em diário
332 de classe. O conselheiro CARLOS MAGNO questionou a participação de alunos em projetos de
333 pesquisa e extensão, uma vez que estes já estão sobrecarregados de atividades curriculares regula-
334 res. Salientou que quantidade não é sinônimo de qualidade e que, por isso, será necessário distribuir
335 melhor a carga horária entre o ensino, pesquisa e extensão. O presidente considerou que a adoção
336 do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) permite repensar a metodologia de ensino do Institu-
337 to. A conselheira ROSANE percebeu que, quando os professores do *Campus* Governador Manga-
338 beira partem para uma proposta de ensino interdisciplinar, os alunos são receptivos e o aprendizado
339 é maior. O conselheiro ALEX disse que era preciso ficar consciente e com os pés no chão, pois com
340 a abertura que está ocorrendo no ensino, os institutos não estão formando técnicos. O conselheiro
341 CARLOS MAGNO disse que era preciso definir a missão do IF Baiano. O conselheiro ALEX disse
342 que os alunos do ensino médio integrado não podem ser igualados aos alunos do ensino médio nor-
343 mal que estão focados no ENEM. O Presidente lembrou que, hoje, com o ENEM, o aluno obtém a
344 certificação do Ensino Médio, sem ter terminado o curso. O conselheiro GEOVANE parabenizou
345 Matheus pela dedicação e elaboração do documento e disse que os docentes do *Campus* Uruçuca
346 que participaram dos grupos de discussões, referentes às políticas de Ensino, também comungavam
347 das mesmas ideias postas no relatório, principalmente com relação ao limite de carga horária de en-
348 sino. A título de esclarecimentos, perguntou o que estava para ser aprovado, se todo o projeto da Or-
349 ganização Didática ou, somente, as alterações do projeto. O servidor JOSÉ CARLOS esclareceu
350 que a Organização Didática em vigor foi aprovada pelo CONSUP e que a Pró-Reitoria de Ensino
351 encaminhou proposta de alteração referente à avaliação e à recuperação paralela. Aproveitou para
352 esclarecer que o documento em análise foi fruto de um grupo de trabalho, composto de representan-
353 tes de cada *Campus* e que o documento foi socializado exaustivamente em todo o Instituto. Esclare-
354 ceu que o documento não iria normatizar todas as situações possíveis de acontecerem, citou como
355 exemplo o ensino EAD. Disse que os alunos estão sendo sacrificados, mas os *Campi* não são favo-
356 ráveis à redução de carga horária das disciplinas. Relatou que foram feitas visitas aos *Campi* para
357 discutir o que era recuperação processual e paralela e que ambas, por si só, resolveriam a situação
358 do aluno, não precisando adotar a recuperação final. Disse que a Organização Didática indicava
359 mais de vinte instrumentos de avaliação, de livre escolha do professor e do aluno mas, infelizmente,
360 esses instrumentos não estavam sendo utilizados. Disse que aquela Organização Didática era cem
361 por cento aluno, mas infelizmente não estava sendo aplicada. Falou que a nova legislação determina
362 que haja a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, e que a extensão no Instituto, infeliz-
363 mente, está sendo realizada de forma separada, como se não fosse um produto do ensino. Criticou a
364 oferta de bolsas para pesquisa e extensão, beneficiando a grupos específicos de alunos. Lembrou



que todo o processo de construção do documento, sempre teve a participação de especialistas em educação. O conselheiro GEOVANE sugeriu que o conselheiro MATHEUS participasse do grupo de trabalho que ficará responsável pela revisão do documento. O servidor JOSÉ CARLOS questionou a necessidade de revisão de todo o documento, já que todos tiveram a oportunidade de participar e colaborar na época da construção do projeto. O conselheiro AÉCIO explanou que após a apresentação do relatório do conselheiro Matheus foi possível verificar a necessidade de revisão do documento, independentemente do documento ter sido aprovado pelo Conselho, pois tratava-se de um oportunidade de revisão do processo de profissionalização do ensino médio do Instituto. O presidente do Conselho indicou pelo encaminhamento do relatório ao grupo de trabalho responsável pela elaboração do projeto da Organização Didática para que fossem feitas as devidas adequações, se pertinentes, alertando para que os *Campi* sigam o que ficar determinado na Organização Didática. O conselheiro MATHEUS disse que o seu trabalho de relatoria contou com a colaboração de outras pessoas e disse que essa era a chance de, através de diversas experiências, construir um documento coletivo. O conselheiro GEOVANE esclareceu que, naquele momento, o Conselho não estava aprovando as alterações propostas pela Pró-Reitoria de Ensino. O conselheiro AÉCIO DUARTE lembrou a necessidade da inclusão da concomitância no projeto da Organização Didática, pois no Instituto já estava em vigência o ensino concomitante. O servidor JOSÉ CARLOS esclareceu que primeiramente deverá ser alterado o Plano de Desenvolvimento Institucional que prevê somente duas modalidades de ensino, o integrado e o subsequente, e que o Programa PRONATEC, absorvido pela Pró-Reitoria de Extensão, deverá ser integrado ao Projeto da Organização Didática. O presidente perguntou o que era necessário fazer para aprovar a Organização Didática do Ensino Médio em vigor. O conselheiro Matheus sugeriu que o documento fosse submetido à análise do Conselho Nacional de Educação, após conclusão do documento. O servidor JOSÉ CARLOS disse que não via necessidade de encaminhar o documento para o Conselho Nacional de Educação, uma vez que o Instituto tinha autonomia padagógica. O conselheiro CARLOS MAGNO questionou a necessidade de alteração da Organização Didática em função de um Programa de Governo. O conselheiro GEOVANE disse que independente da modalidade de ensino a ser oferecido pelo Instituto, se integrado, subsequente ou concomitante, o mais importante a ser observado é a demanda pelos cursos. O servidor JOSÉ CARLOS alertou para a necessidade de inserção do PROEJA na Organização Didática, que deixou de ser um programa de Governo e agora é uma política. O conselheiro AÉCIO alertou mais uma vez para a necessidade do Conselho aprovar e incluir a concomitância na Organização Didática, independentemente de o PRONATEC ser um programa de governo, pois os alunos dos cursos concomitantes precisarão da certificação dos cursos. O conselheiro GEOVANE sugeriu que fosse estabelecido um prazo para que o grupo de trabalho concluíssem os trabalhos. O conselheiro MA-



399 THEUS sugeriu que, após conclusão das alterações no projeto, fosse realizado um congresso no IF
400 Baiano para apresentar o documento final. O conselheiro GEOVANE destacou que se tivesse ocor-
401 rido a socialização do documento adequadamente, talvez não tivessem ocorrido os erros encontra-
402 dos. O presidente colocou em votação a aprovação do parecer do conselheiro Matheus, com o enca-
403 minhamento do documento para o grupo de trabalho e posterior socialização do documento com a
404 comunidade. Foi aprovado por unanimidade dos presentes, 14 votos. **4. Organização Didática dos**
405 **Cursos da Educação Profissional Superior** – O conselheiro EMERSON ZAMBRANO, responsá-
406 vel pela relatoria, expôs que as modificações propostas foram analisadas e que contou com a partici-
407 pação, nas discussões, dos discentes, docentes e servidores do IF Baiano. O conselheiro EMERSON
408 ZAMBRANO disse que verificou-se o zelo e o cuidado que a equipe designada para propor as mo-
409 dificações teve na elaboração do documento, o cuidado com os termos e as palavras, ficando so-
410 mente os seguintes pontos, na concepção do relator, para análises futuras: Art. 21 Da oferta de disci-
1 plinas em períodos especiais. No inciso 2º - I estipula-se no mínimo 15 estudantes para abrir uma
412 turma em período especial. Lembrou que em determinados cursos, principalmente de exatas, nem
413 nas turmas regulares se tem este número de alunos. Citou como exemplo o curso de Licenciatura
414 em química que de 40 alunos ingressos menos de quinze continuaram no curso e apenas três encon-
415 travam-se semestralizados. Para abrir turmas especiais das últimas disciplinas da grade, seriam ne-
416 cessários alunos remanescentes de muitas turmas. O ideal seria que a abertura de turma ficasse ape-
417 nas a critério da disponibilidade do professor, ou com um número de 10 estudantes; Artigo 39 (trinta
418 e nove): solicitou que o prazo para análise e parecer sobre o pedido de aproveitamento de discipli-
419 nas seja reduzido de 45 (quarenta e cinco) para 30 (trinta) dias e que as práticas de pesquisa e exten-
420 são sejam convertidas em carga horária curricular de natureza optativa, mediante requerimento ao
421 Colegiado de Curso, protocolado na Secretaria Geral de Cursos. O relator concluiu que as modifica-
22 ções apresentadas fossem aprovadas na íntegra, uma vez que não foram encontradas dissonâncias
423 que justificassem mais uma vez o seu adiamento, além de que já existiam turmas finalizando suas
424 graduações no meio do corrente ano. Quanto às sugestões disse que fossem verificadas se pertinen-
425 tes ou não, em outra ocasião. O servidor JOSÉ CARLOS propôs que fosse construída uma Organi-
426 zação Didática única com capítulos específicos sobre a organização Didática do Ensino Médio e ou-
427 tra sobre a Organização Didática do Ensino Superior. O conselheiro AÉCIO DUARTE defendeu a
428 individualização dos documentos, pois entendia que eram universos totalmente diferentes. Sugeriu
429 que fosse especificado na Organização Didática de que forma ocorrerá a atuação dos Colegiados de
430 Cursos. O servidor JOSÉ CARLOS esclareceu que o Colegiado da Educação Superior irá criar suas
431 normas e procedimentos, inclusive criando as Coordenações de Cursos. O conselheiro GEOVANE
432 parabenizou o trabalho da relatoria e solicitou esclarecimentos sobre a informação da evasão no cur-



433 so superior de química no *Campus* Catu. Disse que deverá ser analisado o porquê desta evasão e
434 que discordava da possibilidade de redução do quantitativo mínimo de alunos por turma, de 15
435 (quinze) para 10 (dez), a fim de abrir turma especial. O conselheiro AÉCIO DUARTE solicitou que,
436 após as alterações que ocorreram nas organizações didáticas, fosse feita uma nova socialização para
437 a comunidade. O servidor JOSÉ CARLOS perguntou de que forma o documento seria novamente
438 socializado, após exaustivas discussões do documento nos *Campi*. O conselheiro AÉCIO DUARTE
439 respondeu que seria da mesma forma que já havia sido feita anteriormente, ainda porque estavam
440 sendo propostas novas alterações ao texto. O conselheiro GEOVANE explicou que houve recomen-
441 dação da Pró-Reitoria de Ensino para que fossem formados grupos de trabalhos nos *Campi* e reali-
442 zada a socialização da Minuta da Organização Didática e que talvez não tenha sido dada a impor-
443 tância necessária ao assunto. O conselheiro EMERSON esclareceu que suas propostas não seriam
444 objeto de análise naquele momento. O presidente colocou em votação a aprovação do parecer do
445 conselheiro Emerson Zambrano. Foi aprovada por maioria dos presentes, sendo 12 (doze) votos a
446 favor e 01 (uma) abstenção. Em seguida o servidor JOSÉ CARLOS fez a leitura do ofício elaborado
447 pelo Conselho Superior, aos diretores dos *Campi*, determinando um prazo para elaboração, conclu-
448 são e envio do calendário acadêmico ao gabinete da Reitoria até o dia dezoito de novembro de dois
449 mil e doze. **5. 30 horas para os TAES** - O conselheiro ALEX BATISTA relatou a experiência vi-
450 venciada pelo *Campus* Catu. Disse que em alguns setores o trabalho em regime de turnão tem fluido
451 satisfatoriamente, mas há coordenações que disseram que não tinham condições de implantar as
452 trinta horas. O conselheiro disse acreditar que após a entrada dos novos servidores seria possível
453 implantar o regime de trabalho de trinta horas em outros setores. O conselheiro FÁBIO MARCE-
454 LUS fez a leitura de um documento elaborado pelos servidores do *Campus* Teixeira de Freitas ques-
455 tionando: se as trintas horas de trabalho pertenciam aos servidores ou ao setor; o regime de trabalho
456 diferenciado para os técnicos administrativos; a carga horária dos assistentes sociais e se poderia ser
457 criado um regime de bonificação para quem trabalha 40 horas (quarenta horas). O conselheiro infor-
458 mou que o setor acadêmico não adotou o regime de trabalho de trinta horas. O conselheiro CAR-
459 LOS MAGNO informou que saiu uma instrução normativa do Ministério do Planejamento infor-
460 mando que a carga horária de trabalho dos assistentes sociais é de 40 horas. O conselheiro EMER-
461 SON ZAMBRANO disse que a adoção das trintas horas deverá estar de acordo com os interesses da
462 Instituição. Exemplificou, relatando que para participar das reuniões do Conselho a sua colega de
463 setor assumirá os dois turnos. O conselheiro GEOVANE disse que também é de interesse da Insti-
464 tuição observar os interesses dos servidores. O conselheiro CARLOS MAGNO disse que, naquele
465 momento, seria complicado aprovar as trinta horas sem que antes fossem atendidas outras questões:
466 quantitativo de servidores, relatório dos diretores. Questionou a normativa que o Ministério da Edu-



467 cação expediu, pois não podia ser maior que uma lei. Disse que era preciso uma discussão mais am-
468 pla sobre o assunto e que o interesse da Instituição deverá estar em consonância com os interesses
469 da coletividade. Defende a implantação das trinta horas para que os servidores possam se qualificar
470 e ter uma condição melhor de vida. O conselheiro MARCOS CHAVES explanou que o edital do úl-
471 timo concurso foi publicado errado, especificando regime de quarenta horas para os técnicos admi-
472 nistrativos. Disse também que a Reitoria deveria se posicionar, adotando o regime de trabalho de
473 trinta horas. O conselheiro GEOVANE citou que há um Deputado Federal que vislumbra a aplica-
474 ção das trinta horas para todos os trabalhadores. Argumentou sobre a ideia do conselheiro Marcos.
475 Disse que não havia condições da Reitoria definir o regime de trinta horas de trabalho, já que cada
476 campus possui uma realidade diferente e que era necessário que cada diretor reúna-se com sua equi-
477 pe e verifique as necessidades de cada setor e solicite a contratação de novos servidores. O conse-
478 lheiro AÉCIO DUARTE disse que inicialmente a implantação das trinta horas deu certo no *Campus*
479 Senhor do Bonfim, porém está tendo que fazer alguns ajustes, e que não tem como a Reitoria definir
480 o regime das trinta horas para os *Campi*. Disse ter percebido que a produtividade e a qualidade do
481 trabalho dos servidores aumentaram após a implantação das trinta horas de trabalho. O conselheiro
482 GEOVANE perguntou ao conselheiro Aécio se o regime de trinta horas foi adotado em todo os seto-
483 res que a lei permitia e qual o quantitativo de servidores administrativos lotados no *Campus* Senhor
484 do Bonfim. AÉCIO respondeu que sim e que não sabia o quantitativo de técnicos administrativos
485 lotados no *Campus*. O conselheiro CARLOS ELÍZIO disse que a situação do *Campus* Guanambi é
486 parecida com a do *Campus* Catu e que fará portaria com as devidas justificativas e cláusulas im-
487 plantando o regime de trabalho de trinta horas e posteriormente encaminhará o documento para
488 apreciação da Procuradoria. A conselheira ROSANE relatou que no *Campus* Governador Mangabeir-
489 ra alguns setores adotarão a carga horária de trinta horas. Questionou a falta de isonomia entre os
490 *Campi*, quando setores iguais trabalham com cargas horárias diferentes. O conselheiro GEOVANE
491 defendeu a implantação imediata das trinta horas nos setores que possuem condições favoráveis
492 para tal. O presidente disse acreditar que não existam gestores querendo que seus servidores tra-
493 lhem insatisfeitos. Disse que jamais baixará portaria implantando as 30 horas de trabalho sem que
494 possa disponibilizar servidores para os *Campi*. Aproveitou para informar que a Minuta do Decreto
495 de transferência das EMARC para o Instituto já se encontrava na mão do presidente para assinatura.
496 Salientou que os *Campi*, para a adoção da carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas, deveriam
497 cumprir a determinação legal de que o setor funcione, no mínimo, durante 12 (doze) horas ininter-
498 ruptas. Lembrou que na reunião do Colégio de Dirigentes, em Itapetinga, ficou definido que os ges-
499 tores se reuniriam com os seus servidores para definirem em quais setores seria viável o regime de
500 trinta horas, e que a Reitoria, de posse dos relatórios dos *Campi* sobre a situação de cada um deles,



501 após implantação do turnão, solicitaria alguns ajustes. O conselheiro JOSÉ MARCOS questionou
502 como atender os servidores do *Campus* Catu que ocupam cargos de carpinteiro, pedreiro, em rela-
503 ção às trinta horas de trabalho, já que não existem substitutos para estes profissionais. O presidente
504 respondeu que infelizmente não seria possível atender tudo o que é ideal para o servidor. O conse-
505 lheiro GEOFANE sugeriu que fosse criado um grupo de trabalho com membros do Conselho Supe-
506 rior para analisar os relatórios dos *Campi* e a Normatização da Atividade Docente, ainda no ano de
507 dois mil e doze. O presidente do Conselho aproveitou para informar que a Minuta do Regimento
508 Geral do IF Baiano encontrava-se no Gabinete e que agendaria com o grupo de trabalho a apresen-
509 tação para o Conselho Superior. O conselheiro CARLOS MAGNO disse que as discussões em torno
510 da questão das trinta horas eram de interesse nacional, por isso solicitou que, quando do retorno
511 deste assunto para apreciação e deliberação no Conselho, fosse permitida a apresentação da situação
512 em caráter nacional por um membro do SINASEFE Nacional. **6. O que ocorrer** – O presidente so-
13 licitou que os diretores enviassem relatórios concludentes sobre as trinta horas. O conselheiro CAR-
514 LOS MAGNO solicitou esclarecimentos e encaminhou pedido para que a Resolução nº 13, que de-
515 termina a apresentação do bilhete de passagem, fosse revista. O conselheiro GEOFANE disse que a
516 resposta dada pela procuradoria Federal do Instituto, referente ao auxílio-transporte, não foi satisfa-
517 tória. Mais nada a registrar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião e solicitou que fosse
518 lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim, JOÉLITA PEREIRA OLI-
519 VEIRA, Secretária dos Colegiados e pelos membros do Conselho Superior. Salvador, 31 de outubro de 2012.
520

Rosane Dantas *José Batista* *Joélita Oliveira* *GEOFANE*

Antônio Joaquim

Rosane Dantas

Antônio Joaquim

Joélita Oliveira

GEOFANE